

LUCIANA NINI MANENTE  
Advogada em São Paulo Mestre e Doutoranda na PUC-SP  
Professora da pós-graduação "*lato sensu*" de Direito Processual Civil -  
COGEAE/PUC-SP

## **A TUTELA ANTECIPADA NO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO**

Editora Quartier Latin do Brasil

Verão de 2006

**336.2:347.919.6**  
**M274t**



Manente, Luciana Nini

A Tutela Antecipada no Direito Processual Tributário - São Paulo :  
Quartier Latin, 2006. 320p.

1. Direito Processual Tributário - Brasil I. Título

Índices para catalogo sistemático:

1. Brasil: Direito Processual Tributário 2. Brasil: Direito

**336.2:347.919.6**  
**M274t**



## SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefacio	13
Introdução	15
<b>Capitulo I - A Efetividade do Processo Civil</b>	<b>21</b>
1.1 - Os efeitos do tempo sobre o processo civil	22
1.2 - O desafio de conciliar o principio do devido processo legal e da segurança jurídica com a celeridade e efetividade processual	27
1.3 - O principio da inafastabilidade do controle jurisdicional e a cognição adequada da lide	37
1.4 - A cognição sumaria das tutelas de urgência	44
<b>Capitulo II - Generalidades sobre a Tutela Antecipada</b>	<b>51</b>
II. 1 - Terminologia e conceito	52
II. 2 - Considerações gerais	54
II. 3 - Breve abordagem sobre a tutela antecipada no Direito Estrangeiro	59
II. 4 - Natureza Jurídica	64
II. 5 - A tutela antecipada e a liminar concedida nas Medidas Cautelares	67
II.5.1 - Fungibilidade entre a tutela antecipada e a medida cautelar	79
II. 6 - A tutela antecipada e a liminar concedida no Mandado de Segurança	83
<b>Capitulo III - A Relação Jurídico-tributária</b>	<b>91</b>
111.1- Conceito de tributo	92
111.2 - A hipótese de incidência da obrigação tributaria	96
111.3 - O lançamento tributário	98
III. 4 - Suspensão da exigibilidade do credito tributário	105
111.4.1 - A moratória	106
111.4.2 - G depósito do seu montante integral	107
111.4.3 - Impugnações e recursos administrativos	119
111.4.4 - A concessão de liminar em Mandado de Segurança	122
111.4.5 - Medida Liminar e Tutela Antecipada em outras espécies de ação judicial	123
111.4.6 - Parcelamento	124
III. 5 - Extinção do credito tributário	124
111.5.1 - Pagamento	125
111.5.2 - Compensação	126
111.5.3 - Transação	128

**336.2:347.919.6**  
**M274t**



111.5.4 - Remissão	129
111.5.5 - A prescrição e a decadência	130
111.5.6 - A conversão de depósito em renda	136
111.5.7 - Pagamento antecipado e homologação do lançamento	137
111.5.8 - Consignação em pagamento	137
111.5.9 - Decisão administrativa irreformável	138
111.5.10 - Decisão judicial passada em julgado	141
111.5.11 - Dação em pagamento em bens imóveis	143
III. 6 - "Exclusão" do crédito tributário	143

#### **Capítulo IV - Antecipação dos Efeitos da Tutela em face da Fazenda Pública** 145

IV. 1 - O conceito de Fazenda Pública e sua abrangência	146
IV. 2 - As prerrogativas da Fazenda Pública em juízo e a tutela antecipada	150
IV.2.1 - A tutela antecipada e o reexame necessário	156
IV. 3 - A tutela antecipada na ação de repetição do indébito e a necessidade de precatório	161
IV. 4 - Execução contra a Fazenda Pública (arts. 730 e 731 do CPC)	172
IV. 4.1 - Execução provisória contra a Fazenda Pública	179
IV. 5 - A compensação tributária e a tutela antecipada	183
IV. 6 - Restrições à concessão de medidas antecipatórias contra a Fazenda Pública	196
IV. 7 - Suspensão da execução da medida antecipatória	208

#### **Capítulo V - As Hipóteses de Antecipação da Tutela e sua Aplicabilidade às Ações Tributárias** 217

V.1 - Hipóteses legais para a concessão da antecipação da tutela	218
V.1.1 - Prova inequívoca e a verossimilhança do direito Alegado	219
V.2 - Os meios de prova admitidos para a caracterização da "prova inequívoca"	225
V.3 - Verossimilhança da alegação -juízo de probabilidade	228
V.4 - Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação	231
V.5 - Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	234
V.6 - Legitimidade para requerer a tutela antecipada	241
V.7 - Momento e forma de requerimento da tutela antecipada	246
V.8 - A provisoriedade da tutela antecipada e a irreversibilidade fática de seus efeitos	259
V.9 - A liberdade de decidir do julgador ante os conceitos vagos	

**336.2:347.919.6**  
**M274t**



ou indeterminados e o principio da proporcionalidade para a concessão da antecipação de tutela	263
V.10 - A tutela antecipada e as ações constitutivas e declaratórias	270
V.11 - A antecipação da parte incontroversa do pedido	277
V.12 - A efetivação da tutela antecipada	283
V.13 - A tutela antecipada nas obrigações específicas de fazer ou não fazer em face da Fazenda Publica	286
<b>Conclusão</b>	297
<b>Bibliografia</b>	311

**336.2:347.919.6**  
**M274t**

